



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Sarah Campelo Cruz Gois

Instituto Federal do Rio Grande do Norte / IFRN
shcampelogois@gmail.com

“SAUDAÇÕES DE UMA TERRA DE POVO FIRME E MULHERES DE LUTA”: A luta das mulheres de Apodi contra o “Projeto da Morte”.

“GREETINGS FROM A LAND OF STRONG PEOPLE AND FIGHTING WOMEN”; The struggle of the women of Apodi against the “Death Project”.

RESUMO

Neste trabalho buscamos evidenciar o debate sobre os impactos da chegada do agronegócio, a partir do início do século XXI, na cidade de Apodi, Rio Grande do Norte, principalmente a partir das lutas das mulheres no território. Ao longo do texto vamos detalhar a construção e organização de uma ação de resistência organizada pelas mulheres das comunidades do território. De forma coletiva junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), a comissão de mulheres propôs a elaboração de um conjunto de cartas enviadas à presidenta Dilma Rousseff, solicitando o cancelamento do projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi. O referido projeto visava a desapropriação de quase 14 mil hectares para a construção de um perímetro irrigado e um canal de irrigação, com o objetivo de atrair empresas da fruticultura irrigada para o território.

Palavras-chave: Resistência, cartas, mulheres

ABSTRACT

In this work we seek to highlight the debate about the impacts of the arrival of agribusiness, from the beginning of the 21st century, in the city of Apodi, Rio Grande do Norte, mainly based on the struggles of women in the territory. Throughout the text, we will detail the construction and organization of a resistance

action organized by women from the communities in the territory. Together with the Apodi Rural Workers Union (STTRA), a women's commission proposed the preparation of a set of letters sent to President Dilma Roussef, requesting the cancellation of the Santa Cruz Irrigation Project Apodi. The project in question aimed to expropriate almost 14 thousand hectares for the construction of an irrigated perimeter and a safety canal, with the objective of attracting irrigated fruit growing companies to the territory.

Keywords: Resistance, letters, women

Introdução

Entre julho e novembro de 2011, duas mil cartas foram escritas e enviadas para a então presidenta Dilma Rousseff. Esse projeto foi idealizado a partir de uma plenária da Marcha Mundial de Mulheres (MMM¹), ocorrida em Mossoró e encaminhado numa colaboração entre o movimento Coletivo Feminista 8 de Março (CF8²) e a Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi. A criação dessa comissão dentro do sindicato foi um dos resultados do 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais de Apodi, em 1997. A comissão possui dez sócias, das quais uma assume a coordenação do grupo. A finalidade das cartas era fazer um apelo à presidenta contra a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi (PISCA).

A construção que inaugura o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi é a Barragem Santa Cruz³. De acordo com as informações do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte – IGARN⁴, ela é o segundo maior reservatório de água do estado, com capacidade de armazenamento de 599.712.000 m³. Em 2011, através do Edital de Concorrência nº 2/2011, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) apresentou a obra do PISCA, que seria localizado na região da Chapada do Apodi, entre os municípios de Apodi e Felipe Guerra. De acordo com o site do DNOCS:

A 1ª etapa do perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi abrangerá uma área de 5.200 hectares nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, com orçamento aproximado de R\$ 250 milhões, para execução das obras civis. [...] De acordo com o diretor geral do DNOCS, Elias Fernandes Neto, a implantação desse empreendimento de desenvolvimento da agricultura irrigada tem conclusão prevista para dezembro de 2013, compreendendo a construção do sistema de captação de água, estações de bombeamento, rede elétrica e viária, drenagem, rede de

¹ A MMM é um movimento feminista internacional que teve origem em 1995, na província de Québec, no Canadá, questionando o neoliberalismo e as bases da violência contra as mulheres. Atualmente, o movimento está presente em mais de 60 países (DAS GRAÇAS, 2019).

² O Centro Feminista 8 de Março (CF8) é uma Organização Não-Governamental que surgiu em março de 1993 a partir de ações voltadas à reivindicação da instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN. Essa intersecção visava sensibilizar a sociedade ante a problemática da violência contra a mulher, principalmente, no sentido de garantir às mulheres a incorporação, no seu cotidiano, de elementos de identificação, denúncia e combate à violência sexista. Definição retirada do site do coletivo, disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/> acessado em março de 2021.

³ Havia inclusive, por parte do governador do Estado à época, Garibaldi Filho, a expectativa de que a Barragem fosse receptora para as águas da transposição do Rio São Francisco. A obra foi inaugurada em 2002, com a presença do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

⁴ De acordo com: <http://www.igarn.rn.gov.br/>, acessado em 20 de janeiro de 2019.

condução e distribuição de água e sistema parcelar. A implantação do projeto vai beneficiar cerca de 80.000 pessoas⁵.

O projeto de construção do Perímetro Irrigado foi, desde o início, chamado por agricultores e agricultores de Apodi de Projeto da Morte⁶, o autoritarismo do DNOCS nas reuniões com os moradores dos territórios que seriam desapropriados, a falta de transparência no projeto e o exemplo dos impactos da chegada de um perímetro irrigado em outros territórios⁷ (Baraúna - RN, Limoeiro do Norte - CE) foram fatores que influenciaram diretamente no receio dos agricultores com relação à obra.

Dessa forma, desde o anúncio das obras, várias articulações foram feitas no território envolvendo as Associações de moradores das comunidades, o Sindicato, a Universidades e os movimentos sociais e a escrita das cartas para a presidenta foi mais uma destas ações coletivas. Todo esse processo foi narrado detalhadamente pela pesquisadora Maria Adriana Vieira das Graças, que participou da experiência como membro do CF8 e produziu uma dissertação sobre letramentos e resistência.

Confesso que defrontar-me com esse tipo de fonte epistolar foi uma grata surpresa no decorrer dessa pesquisa. As cartas, principalmente as escritas por mulheres, foram o ponto central sobre o qual se desdobrou a condução de minha pesquisa de mestrado. Pensar na luta das mulheres de Apodi, que em forma de reivindicação, escrevem para a presidenta Dilma Rousseff, fez com que eu me recordasse das mulheres que escreveram para Vargas, durante o Estado Novo, cobrando notícias de seus maridos, soldados da Borracha.

A escrita de cartas para a Presidência da República não é uma estratégia recente. Foi bastante utilizada durante a chamada Era Vargas, como analisa o historiador Jorge Ferreira (1997). Segundo seus dados, o número de latas referentes ao Fundo Gabinete Civil da Presidência da República como um todo,

⁵ Lançado edital para implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, DNOCS, 28 de março de 2011. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/lancado-edital-para-implantacao-do-projeto-de-irrigacao-santa-cruz-do-apodi>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

⁶ GOIS, S. C. C.. Os projetos de morte nas narrativas de agricultores do oeste do Rio Grande do Norte. HISTÓRIA ORAL, v. 23, p. 135-153, 2020.

⁷ Sobre isso ver: Dossiê dos Perímetros Irrigados, Movimento 21 de Abril (M21) Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

reunidas de 1921 a 1929 que eram de 15 passam para 246, de 1930 a 1937 e 554 de 1938 até 1945. Cada uma dessas latas é organizada em pastas com processos numerados contendo, em média, entre cinquenta e duzentos documentos. Quanto às correspondências propriamente ditas, elas estão agrupadas no fundo da Secretaria da Presidência da República (SPR), abrangendo diversas séries e subséries. O pesquisador José Roberto Franco Reis, em sua tese de doutorado, fez uma análise detalhada desses números, para ele:

No caso da série *Pessoa Civil*, por exemplo, cuja organização por ano permite uma melhor quantificação do material, contabilizou-se o número de latas e telegramas selecionando uma lata de cada ano (1938 até 1943) totalizando seis latas e 959 correspondências. Desse total, 531 (53,4%) compõe-se de cartas ou telegramas enviados por pessoas que não tinham relação de proximidade com Vargas, seja de amizade política ou de subordinação administrativa [...]. As restantes 428 correspondências dessa série (44,6%) foram enviadas por pessoas que se valiam de sua posição de amizade ou de proximidade política e administrativa com Vargas para fazerem solicitações para seus protegidos atuando no papel de dores e ou intermediários e nesse caso não sendo motivo de nossa atenção (REIS, 2002, p.17).

Durante o Governo Lula, o envio de cartas também foi uma ferramenta de pedidos, agradecimentos e reivindicações muito utilizada. A professora e pesquisadora Amélia Cohn, em seu livro *Cartas para o presidente Lula: Bolsa família e direitos sociais*, seleciona um conjunto de cartas enviadas ao então presidente nos três primeiros anos do estabelecimento do programa Bolsa Família. As cartas são uma expressão das experiências e expectativas, desejos e frustrações dos trabalhadores mais pobres assistidos pelo programa. Com o crescimento do uso da internet e das plataformas de comunicação a interlocução entre a população e os políticos pode ser vista de forma bem explícita através das redes sociais. De todas as formas, seja com o envio de cartas ou falando diretamente nas redes sociais, esses meios de diálogo funcionam como formas de aproximação entre remetentes e destinatários.

MULHERES DE APODI À LUTA!

Se em 1997 foi criada a primeira coordenação de mulheres do sindicato, em 2008 a instituição, através de uma Assembleia, foi rebatizada e ganhou o

segundo “T”, de trabalhadoras, que integra a sigla hoje, STTRA. Antes dessa mudança o nome do Sindicato era Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi. Entretanto, a luta das mulheres de Apodi, já havia ganhado destaque no âmbito Estadual nos anos 1980.

O período entre 1970 e 1984 foi marcado por uma intensa estiagem, – “que afetou até o presente o maior número de pessoas no Semiárido Nordeste” (CARVALHO, 2012, p. 47). Durante estes anos ocorreram fortes mobilizações de agricultores, grandes ondas migratórias para as capitais e muita repressão. As chamadas frentes de emergência (ou socorros) estavam associadas a liberação de verbas para a construção de obras públicas que deveriam empregar os agricultores em épocas de secas, essa era uma forma de impedir a sua migração e distanciá-los do espaço urbano., De acordo com o professor e historiador Frederico Neves, em seu livro *A Multidão e a História: Saques e ações de massas no Ceará*⁸, “o controle das listas” de alistamentos e a direção local dos encarregados das obras” eram elementos de disputas políticas (2002, p.186). O emprego destas obras públicas era uma forma de manter homens e mulheres do campo “[...] longe das cidades, onde se torna um perigo para a salubridade social” (2002, p. 89).

É importante destacar que estes alistamentos eram controlados pelo exército o qual, no contexto da Ditadura Civil Militar abusava ainda mais da truculência nos processos. Francisco Edilson Neto, um dos fundadores da primeira associação comunitária de Apodi e antigo presidente do STTRA, nos contou em uma das entrevistas realizadas⁹, que um dos militares responsáveis por um alistamento, no início dos anos 1980, mandou que ele se ajoelhasse e pedisse água e, como ele recusou, ficou marcado na cidade. E a resistência contra a violência dos militares nos alistamentos das obras de emergências foi um dos elementos que motivou a formação de uma chapa de oposição para a disputa da direção do Sindicato.

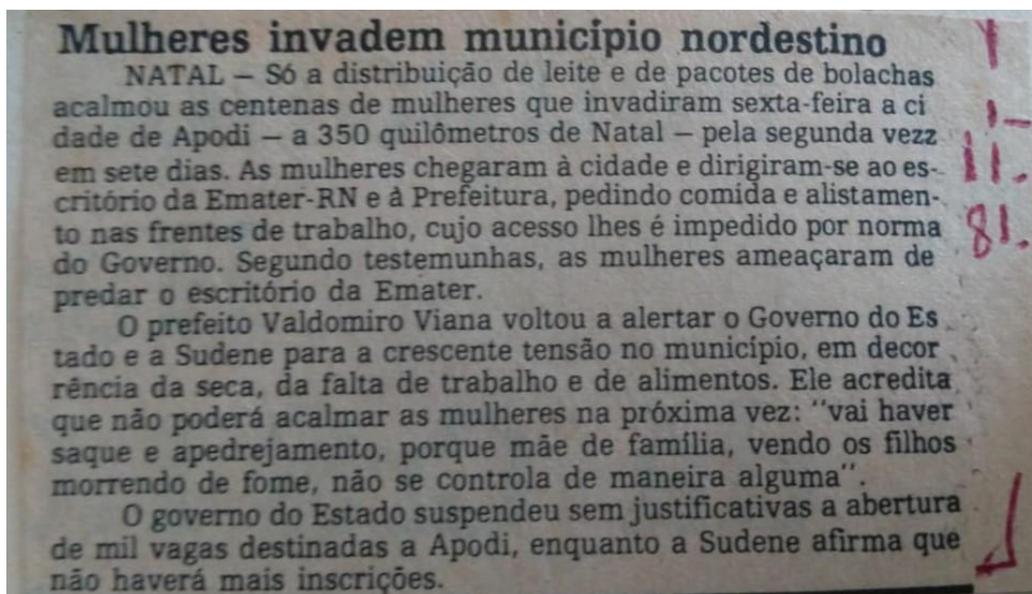
⁸ Neste trabalho são estudados acontecimentos desde 1877 até a década de 1950, quando, de acordo com o autor, consolidou-se uma tradição de protestos em tempos de secas. O autor analisa uma série de ações dos “retirantes” em tempos de secas, com foco especial nos saques.

⁹ Entre os anos de 2016 e 2021 uma série de entrevistas foram realizadas no território de Apodi, tanto para a realização da tese, quanto para a construção do projeto de extensão: História e Memória de Apodi - IFRN - Campus Apodi.

Como o presidente do sindicato na época preferiu ficar do lado do exército e não da gente, a gente viu que o sindicato era interessante e que os trabalhadores tivessem um sindicato a serviço deles e não a serviço do governo. Aí a gente fez, começou a fazer essa luta né, eu perdi 3 eleição, perdi 2 ou 3, ganhei, fizemos uma composição devido. [...]Aí quando a gente, os trabalhadores acharam que era interessante a gente continuar lutando né, porque o sindicato era o único que deveria estar ao lado do povo. (Francisco Edilson, Outubro de 2017).

Os jornais deste período trazem várias reportagens sobre os alistamentos, as obras de emergências e, claro, as manifestações dos agricultores. Os alistamentos eram direcionados aos homens que depois de arrolados eram direcionados para o trabalho em alguma obra pública. Nesse sentido, é interessante perceber que o alistamento feminino vai se tornar também uma pauta de reivindicação de mulheres, as quais irão protagonizar uma série de mobilizações durante o ano de 1981.

Figura 1: Recorte de Jornal - Mulheres invadem município nordestino



FONTE: Recorte de jornal - Acervo Próprio

Essa reportagem do Jornal O Poti, destaca que “centenas de mulheres” tomaram as ruas da cidade de Apodi. Elas queriam não apenas a abertura de mais vagas, mas também poderem se alistar. A prefeitura, a Emater e o escritório de alistamento eram estabelecimentos vizinhos, todos localizados no centro da cidade e essa foi a rota feita pelas mulheres. Entraram no comércio, foram para

o escritório das Emergências, Emater e prefeitura e só “se acalmaram” com a distribuição de alimentos.

O ano de 1981 já traz desde o início dos meses pedidos de vagas para as frentes de emergência, vindo de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte. No dia 31 de outubro de 1981, no jornal diário do Rio Grande do Norte, uma reportagem, diferente da do recorte, mas que narra o mesmo acontecimento: Centenas de mulheres em Apodi voltam a ameaçar.

Figura 2: Centenas de mulheres em Apodi voltam a ameaçar



FONTE: Jornal Diário de Natal, 31 de Outubro de 1981, Disponível no site da Hemeroteca Digital

Se na primeira reportagem (figura 1) não há uma referência específica a quantidade de mulheres, nessa há a especificação de 500 mulheres (figura 2) e no texto da reportagem ainda fica claro que a outra “invasão”, ocorrida no dia 27 de outubro, havia sido muito maior. Foram duas grandes manifestações em menos de uma semana. Sobre esse evento o Engenheiro Agrônomo e funcionário aposentado da Emater, Francisco Ari Sisenando, contou:

Eu lembro muito bem deste movimento das mulheres, porque quando houve o alistamento, por que quando eu cheguei aqui o alistamento já tinha sido feito, mas eu já sabia já do alistamento que não podia alistar mulher daquela época porque eu trabalho é um trabalho pesado, né era construção de estradas construção de açude, então era um serviço pesado que não admitir a presença da mulher por ser mais frágil e tudo. Então houve essa revolta. As Mães solteiras, aquelas mulheres que

tem um filho pequeno aí ficaram totalmente ‘desagarrado’ foi quando se reuniram e tentaram invadir o Apodi eu lembro demais era muita mulher fecharam o comércio, foram (acho que foram) na prefeitura e o prefeito não estava, foram na casa do prefeito, eu lembro do prefeito veio com elas, fez uma reunião. Eu não lembro o que foi que ele deu, mas foi dado lá na hora. Não sei se foi bolacha com refrigerante alguma coisa para ver se acalmava elas para ele encontrar uma solução para a situação delas. Era uma situação difícil naquela época. Você sabe que não tinha programa social e o pessoal vivia da agricultura, aí uma seca dessa, você já viu como era. Aí chegava a calamidade que era desastrosa mesmo. Houve essa invasão, eu acho que foi mais de uma vez, elas vieram mais de uma vez. E foi acalentada por que o prefeito ligou pra Sudene, eu lembro aqui na época que foi um movimento danado. Para conseguir essas vagas para elas, eu sei que teve isso aí, foi isso aí foi um movimento pesado mesmo, pesado. Ainda tiveram na Emater, mas lá a gente não podia fazer nada. A gente só fazia inscrição com a autorização da Sudene. Aí foi quando eles procuraram o poder público e a prefeitura e o prefeito, lembro na época que ele tem uma solução de imediato, não sei se foi uma feirinha. Eu não lembro bem para elas voltarem depois para ele conseguir as vagas para elas trabalharem (Francisco Sizenando, março de 2021, conversa via aplicativo de mensagens¹⁰).

A solução imediata foi a distribuição de alimentos, leite e bolachas. O prefeito também solicitou uma audiência com o Governador Lavoisier Maia Sobrinho, pois foram suspensas as mil vagas na Emergência prometidas para Apodi. Pelas reportagens e pela fala de Seu Francisco podemos perceber o clima de tensão vivenciado na época. Nos jornais (O Diário de Natal e O Poti) há uma série de matérias sobre as solicitações de prefeitos de vários municípios do Estado para o aumento das vagas nos alistamentos das emergências, durante todo o ano de 1981.

Nas três fontes aqui utilizadas também vemos a utilização do termo “invasão” para qualificar a movimentação das mulheres em Apodi. Na realidade, a própria estratégia das obras de emergência funcionava como uma das respostas das autoridades políticas à pressão que os retirantes faziam nas ruas. Cada vez mais o Estado vai assumindo a responsabilidade na assistência aos trabalhadores rurais, nos períodos de seca, para tentar evitar a repetição das

¹⁰ Por conta da Pandemia algumas conversas foram realizadas via chamada de vídeo realizada por aplicativos de mensagens. Este artigo é uma parte da minha tese de doutorado e para a sua realização uma série de entrevistas foram realizadas. Desde o início da pesquisa um cronograma de entrevistas havia sido montado para o início de 2020. Tínhamos uma ida a campo agendada para março de 2020, a qual nunca aconteceu. Seu Francisco Sizenando estava na lista para ser entrevistado. Além da filha do prefeito Valdomiro Viana, Vilma Viana, que também trabalhou na Emater. Com ela, infelizmente, não conseguimos contato.

experiências vivenciadas no período da seca de 1877, como descreve Frederico de Castro Neves:

As ruas ocupadas por uma multidão de pedintes andrajosos, a perambular pelas casas e praças, em busca de ajuda, de esmolas e alimentos, davam a sensação de uma cidade ocupada. [...] como sempre, a caridade individual ou particular procurou dar conta dessa população de famintos, [...] as obras públicas a serem implementadas teriam uma função não só de equipar o Estado de um sistema de armazenamento d'água capaz de fazer frente à irregularidade de chuvas, mas principalmente de manter o homem do campo no campo. (NEVES, 2002, p. 72-73)

Desse modo, a proteção paternalista dos donos de terras foi pouco a pouco assumida pelo Estado, em tempos de secas, e os retirantes cobravam das autoridades soluções por meio das aglomerações (2002, p. 42). Em outro trabalho seu: *Seca, Pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres?*¹¹, o professor destaca que as imagens de “invasão” ou “sedição”, são temas recorrentes nos períodos de seca (2009, p. 187). Sobre isso, ele continua:

A reunião, a ameaça, a invasão e o saque já haviam se tornado elementos positivos da cultura política dos camponeses do semiárido e, para além disso, opções de luta disponíveis no interior de um arsenal político bastante reduzido pelo contexto da seca (2009, p. 188).

Para Neves, a “concentração maciça” foi um importante meio de pressão na realização dos saques e outras ações em tempos de secas (2002, p. 14). Nas duas reportagens é possível perceber o medo de que novas “invasões” ocorressem. O prefeito solicita uma audiência com o governador por que “acredita que não poderá acalmar as mulheres na próxima vez” (figura 2). Uma das coisas que chama atenção na leitura das reportagens é a forma como as mulheres são abordadas no texto. Mesmo com o uso das palavras “invasão” e “ameaça” e com o sentimento de tensão gerado pelos acontecimentos, não há a construção de uma narrativa de vilanização das mulheres. Pelo contrário, vemos certa condolência, explícita na fala do prefeito: “vai haver saque e apedrejamento, porque mãe de família, vendo os filhos morrendo de fome não se controla de maneira alguma” (Figura 1).

¹¹ Nesse artigo o professor Frederico de Castro Neves as relações traçadas em torno da problemática da seca, durante a década de 1950, na cidade de Itapajé, no Ceará.

Nessas três narrativas, os dois jornais e a fala de Seu Francisco, o saque aparece apenas como uma ameaça. Examinando os jornais até o final do ano de 1981 também não há mais nenhuma reportagem sobre novas ações de massas de mulheres em Apodi¹².

Nesse sentido, cabe também trazer à tona o debate proposto pelo professor Frederico de Castro Neves, ao analisar a categoria *economia moral*, desenvolvida pelo historiador inglês Edward P. Thompson. Segundo ele, a economia moral seria uma “expressão de uma resistência geral e plebeia aos avanços dos princípios da economia de mercado” principalmente nos tempos de crise (2012, p. 57). Dessa forma, o professor Frederico destaca que existe, entre os pobres, uma moral econômica que se diferencia da economia de mercado na medida em que se baseia em uma “concepção a respeito das finalidades da riqueza social” (2012, p. 41). Isso porque a economia de mercado não se reconhece como produtora “de uma moralidade, isto é, proclama-se uma expressão direta da própria realidade econômica, independente de qualquer concepção moral” (2012, p. 48). Os pobres, assim, ao defenderem suas terras, suas formas de produção e reprodução, seus modos de vida, emperram “necessariamente o ‘progresso’ em direção às transformações históricas que muitos apresentam como inevitáveis” (2012, p.51).

Ainda segundo o professor Frederico:

Thompson não procura a “economia moral” como uma simples atitude de rebelião ou insubordinação, nem como um amplo sistema de equilíbrio entre diferentes setores da sociedade inglesa do século XVIII, mas muito mais como uma “cultura política” que inclui expectativas, tradições e superstições da população pobre em seu relacionamento ou envolvimento com ou no mercado, especialmente o de alimentos (2012, p. 42).

¹² Sobre saques há uma conhecida história na região da Chapada, envolvendo os moradores do assentamento de Moacir Lucena. No final dos anos 1980, a data é bastante incerta e aparece de forma desconhecida em algumas narrativas, moradores da comunidade saquearam um caminhão que transportava leite e queijo e que havia quebrado na estrada. A maioria dos entrevistados que fala sobre o saque alega que não estava presente. Sobre esse evento ver: **GOIS, S. C. C.**. Na Terra, na Letra e na Voz: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no Apodi (RN), 2021. 247 p. Tese (Doutorado em História Social) Centro de Humanidades - Universidade Federal do Ceará. Ver: **TEIXEIRA, Maiana Maia.** DA RECUSA AO CATIVEIRO ÀS (R)EXISTÊNCIAS DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS NO CHÃO E NOS TEMPOS DO APODI/RN. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de PósGraduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

A partir dessa definição o professor analisa uma série de ações envolvendo uma multidão de trabalhadores rurais em períodos de grande escassez e secas. Ataques a trens, caminhões, saques, invasões de cidades, várias são as formas mais incisivas de os pobres recorrerem à proteção das autoridades públicas. Os camponeses se revoltam e têm certeza de que sua causa é justa, “todo um universo de convicções compartilhado por eles informa e conforma a multidão em ação” (2012, p. 56).

Os saques, as invasões, as ocupações de estradas são parte da economia moral dos sertanejos no semiárido, pois são admitidas, em situações de fome e incapacidade do paternalismo e do Estado, como práticas justas e justificáveis. Vinte anos depois do movimento de mulheres que tomou a cidade, as mulheres camponesas de Apodi se propõem a debater sobre o que é justo para os agricultores da região a partir da escrita de cartas. Esta foi uma forma de reivindicação escolhida pelas agricultoras para se contrapor às desapropriações do PISCA, e para exaltar seus projetos de vida em contraposição ao projeto da morte.

PREZADA PRESIDENTA DILMA...

Escrever para a Dilma, uma mulher que lutou contra a ditadura militar, foi presa e passou por uma série de dores ao longo de sua vida política, era uma forma de buscar uma conexão entre diferentes mulheres. O gênero carta, para Bakhtin (2003), pressupõe um diálogo, uma troca de informações entre quem lê e quem escreve. E a construção destas cartas se deu através de um longo e intenso processo. Maria Adriana das Graças, que acompanhou e narrou esses eventos em sua pesquisa, explicou cada uma destas etapas em sua pesquisa.

Desde o início do processo de escrita das cartas foram debatidos de que forma a carta seria escrita e o suporte utilizado, Adriana das Graças ressaltou que “uma carta escrita de próprio punho, com tinta azul, em folha pautada, causa mais impacto do que uma impressa, no usual papel branco, com tinta preta” (2019, p. 61). O fato de serem manuscritas também proporcionou ao conteúdo das cartas um ar de mais intimidade e amenizando a formalidade presente em ofícios com estruturas textuais mais técnicas. Depois dos encaminhamentos e do modelo definido no Sindicato a comissão de mulheres se organizou para ir às

comunidades e mobilizar 2 mil mulheres para escreverem as cartas. Ivone Brilhante, atual presidenta do STTRA, e que fazia parte da comissão de mulheres a época contou que:

A comissão toda se sentou junto com (sic), dividiu, né?! A comissão dividiu por que a comissão são 10 mulheres. Aí as mulheres se dividia e participava das oficinas nos grupos de mulheres, né? Nas comunidades. Aí a gente fazia, construía as cartas pra mandar pra Dilma (Ivone Brilhante, outubro de 2017)

A confecção das cartas era feita através de oficinas nas comunidades na forma de mutirão, Adriana das Graças conta que como havia algumas mulheres que não sabiam escrever a carta era ditada letra por letra. Em outra entrevista Ivone Brilhante detalhou melhor esse processo¹³:

Eu participei também da construção de todas as atividades e as oficinas. Na época que foi pra construir essas cartas a gente passou uma semana, a gente pegava o carro do sindicato era de manhã numa comunidade, de tarde noutra. Era fazendo a oficina junto com as mulheres, junto com os grupos de mulheres que existem nas comunidades e a gente construiu aquela carta. Você agora falou nisso e veio um vídeo daquele tempo. Ah! Como era bom, a gente era feliz e não sabia, tão bom a gente participava das atividades, reuniões, passava o dia junto com as companheiras nas comunidades, era tão bom. Hoje a gente sente tanta falta disso e você agora falou ai caiu a ficha, ta passando tudo aqui na minha mente, na minha cabeça. A gente chega fica triste de lembrar como era e hoje como está (Ivone Brilhante, março de 2021)

O tom melancólico e saudosista presente na fala de Ivone reflete o período do isolamento social provocado pela pandemia da COVID - 19, o STTRA passou mais de 2 anos sem conseguir realizar atividades presenciais. É importante destacar que o STTRA possui um cronograma fixo de reuniões e fóruns coletivos, além das reuniões das comissões e atividades de campo.

Nas cartas que foram enviadas de Apodi para a presidenta Dilma fica explícita uma afetividade na forma como as mulheres se dirigem a ela. A seguir, a versão final da carta manuscrita:

¹³ Essa entrevista foi realizada durante o período da pandemia via aplicativo de mensagens, por esse motivo foi uma conversa bastante emocionada e com muita nostalgia das atividades coletivas realizadas pelo Sindicato.

Figura 3: Versão final da carta manuscrita página 1

/ /

Apodi/AN, 18 de novembro de 2011.

Saudações de uma terra de pau firme e mulheres de luta!

Presidente Dilma é com enorme prazer e confiança que nós representantes da comissão de Mulheres do STTR de Apodi e militantes do partido mundial das mulheres, moradores de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encarecidamente que você RETIRE de nossa terra - que com feijão, arroz, pão e esperanças alimenta o nosso povo - o decreto de N.º 0-001, DE 30 DE JUNHO DE 2011.

A região de Apodi é a mesma que LULA veio em 2005 e nos mostrou de esperança, assinou o primeiro PRONAF MULHER do país. Nela há muitas experiências de organização de mulheres. É também uma região com muitas experiências de convivência com o semiárido, pois aqui criamos ovinhos, ovelhas, caprinos e plantamos de forma agroecológica. Apodi é um dos poucos municípios que a população rural é maior que a urbana.

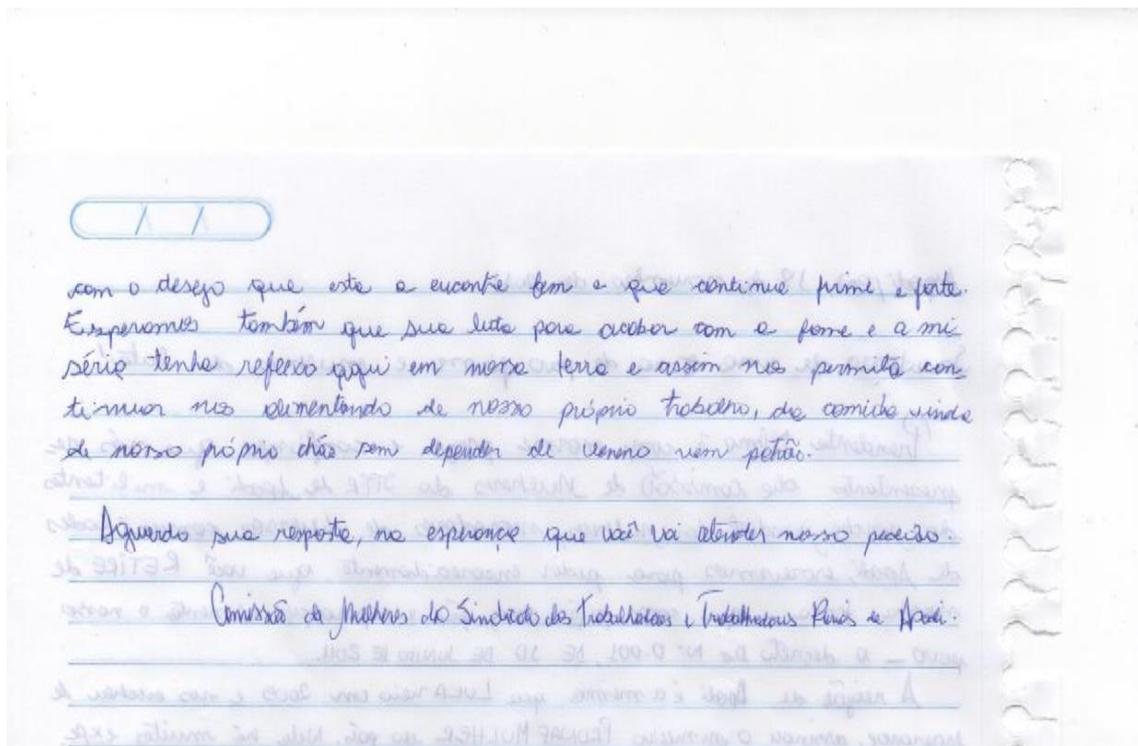
Nas nossas comunidades somos mais de 800 famílias, que há anos cuidamos dessa terra e da água com muito respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas, verduras e criamos pequenos animais para a nossa alimentação diária. A chegada desse decreto nos expulsará de nossas terras, nos distanciará de nossos locais de amizade e, inclusive, de nossas famílias. Com esse decreto nós deixaremos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigados a vender nosso trabalho para polir nossos olhos e nossos chás e colocar comida enlatada em nossos pratos ao invés do arroz e do feijão agroecológicos que nós mesmas produzimos. Esse decreto ameaça nossa soberania alimentar, nossa saúde e até mesmo nossas vidas.

ESTE DECRETO N.º 0-001 DE 30 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA, SUBSTITUÍDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA, ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS VIDAS, NOSSAS FAMÍLIAS, NEM PARA O NOSSO FUTURO.

Chegou a hora de terminar esta carta, enviemos nosso abraço

FONTE: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 94)

Figura 4: Versão final da carta manuscrita página 2



FONTE: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 95)

A carta inicia com uma saudação destacando a força e a luta dos moradores de Apodi, principalmente as “mulheres de luta” e logo no primeiro parágrafo é possível perceber a construção de um respeito e afetividade pela presidenta Dilma.

Presidenta Dilma é com enorme prazer e confiança que nós representantes da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi e militantes da Marcha Mundial das Mulheres, moradoras de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encarecidamente que você RETIRE de nossa terra – que com feijão, arroz, pão e esperança alimenta o nosso povo – o decreto DE 0-001, DE 10 DE JUNHO DE 2011 (Figura 3).

Começa destacando o “prazer e a confiança” que as mulheres têm em escrever a carta para Dilma. E mesmo que o verbo “RETIRE” apareça no imperativo e escrito com letra maiuscula, a escolha das palavras é feita na tentativa de iniciar a proximidade. Ao invés de escolherem um verbo com o sentido de impor dever ou obrigação, elas escolhem um com sentido de solicitação “pedir” acompanhado por um advérbio que agrega um sentido de humildade “encarecidamente”.

A carta continua resgatando a visita que o ex-presidente Lula havia feito às comunidades para inaugurar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) mulher¹⁴ em 2005. A ideia deste parágrafo é ressaltar a contradição entre a iniciativa de fortalecer a agricultura familiar, financiar mulheres agricultoras e desapropriar uma série de comunidades rurais em nome de um projeto voltado para grandes empresas do agronegócio, ambas na mesma região.

O terceiro e o quarto parágrafo são a síntese do pedido e da reivindicação da carta:

Nas nossas comunidades somos mais de 800 famílias, que há anos cuidamos dessa terra e da água com maior respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas e verduras e criamos pequenos animais para nossa alimentação diária. A chegada desse decreto nos expulsará de nossas terras, nos distanciará de nossos laços de amizade e, inclusive, de nossas famílias. Com esse decreto nós deixaremos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigados a vender nosso trabalho para poluir nossas águas em nosso chão e colocar comida envenenada em nossas mesas ao invés do arroz e do feijão agroecológicos que nós mesmas produzimos. Esse decreto ameaça a nossa soberania alimentar nossa saúde e até mesmo nossas vidas. ESSE DECRETO Nº 0-001 DE 10 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA SUBSTITUINDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS FAMILIAS E NEM PARA O NOSSO FUTURO. (Figura 3).

No trecho acima há a descrição de várias experiências de produção, além do medo sobre o que acontecerá às famílias após a chegada do decreto e no quarto, escrito todo em letra maiúscula a linguagem ganha um caráter mais panfletário com a identificação das palavras de ordem que mobilizaram várias atividades realizadas ao longo de todo o ano de 2011. Esse parágrafo deixa claro, mesmo com toda a linguagem mais cordial que foi usada até agora, que a carta se trata também de um instrumento de mobilização. É importante pontuar, que existiram várias ações coordenadas entre o Sindicato, os movimentos sociais e as Universidades na construção da argumentação sobre o “Projeto da

¹⁴ O Programa possui uma série de subcategorias, entre elas, o PRONAF mulher. Uma linha de crédito dedicada à mulher agricultora independente do seu estado civil. De acordo com o site do BNDES o Pronaf Mulher é um “financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil”.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher#:~:targetText=Mulheres%20agricultoras%20integrantes%20de%20unidades,atrav%C3%A9s%20do%20site%20da%20SAF>. Acesso em Setembro de 2019. Esse benefício foi inaugurado justamente no assentamento Milagres, na região da Chapada, no dia 8 de março de 2005. No capítulo 3 explicaremos melhor sobre essa inauguração.

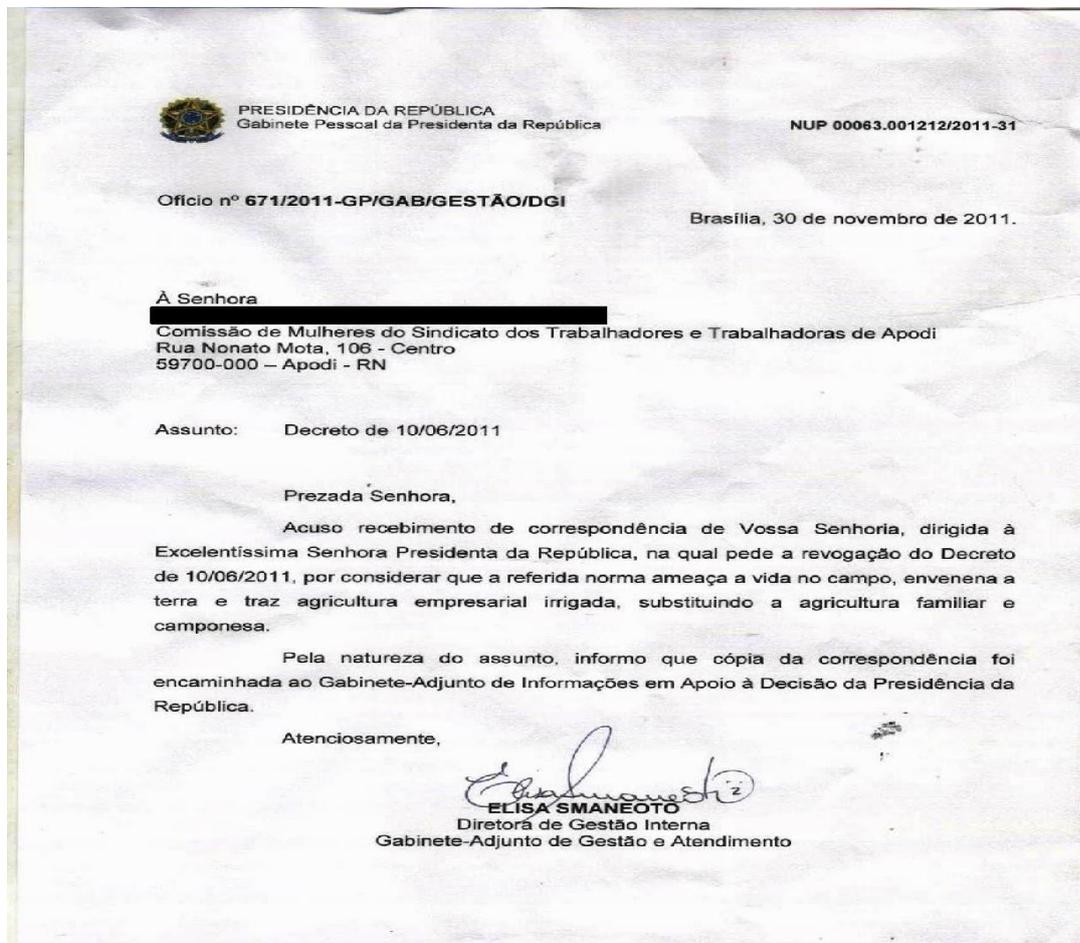
Morte”, por esse motivo no texto da carta há, por mais de uma vez, referência ao uso de agrotóxicos e a poluição da terra e da água.

No último parágrafo, o de despedida, há um retorno à linguagem afetuosa, com o envio de um “abraço com o desejo de que esta a encontre bem e que você continue firme e forte” (Figura 4). Aqui as mulheres reconhecem na Dilma certa intimidade, utilizam o pronome de tratamento “você” e escolhem o mesmo adjetivo “firme” empregado no início da carta para designar o povo de Apodi e ao final a presidenta. A carta é terminada destacando novamente a incongruência entre a erradicação da miséria, colocada como uma das principais pautas do Governo Dilma e a não priorização das práticas da agricultura familiar:

Esperamos também que sua luta para acabar com a fome e a miséria tenha reflexo aqui em nossa terra e assim nos permita continuar nos alimentando do nosso próprio trabalho, da comida vinda do nosso próprio chão sem depender de veneno nem patrão. Aguardo sua resposta na esperança que você vai atender nosso pedido (Figura 4).

As cartas foram enviadas em pequenas quantidades para que por vários dias o gabinete da presidência da República as recebesse paulatinamente. Para compor a simbologia do movimento foram escolhidos envelopes roxos, que por 5 meses chegavam quase todos os dias à Brasília. A estratégia das mulheres surtiu efeito, já que a partir de dezembro de 2011, várias delas receberam em suas casas uma resposta oficial da presidência da República, o Ofício nº 671/2011-GP/GAB/GESTÃO/DG conforme a figura 5:

Figura 5: Ofício nº 671/2011-GP/GAB/GESTÃO/DG



FONTE: Acervo do STTRA disponível em: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 73)

O ofício sinaliza para a possibilidade de abertura de diálogo e utiliza uma parte de um trecho da carta enviada: “ameaça à vida no campo, envenena a terra e traz agricultura empresarial irrigada substituindo agricultura familiar e camponesa” (Figura 5). O documento ainda dá a entender que será encaminhado e anexado ao Gabinete-Adjunto de Informações para apoiar a decisão da presidenta Dilma. Segundo a linguista Adriana das Graças essa resposta “elevou a autoestima e reconhecimento político¹⁵ das trabalhadoras rurais e do movimento em defesa da Chapada do Apodi” (2019, p. 74). Além, é claro, de semear o sentimento de esperança de que o decreto poderia ser realmente revogado.

Foi justamente pelo tamanho da repercussão de toda essa ação das mulheres de Apodi que o sentimento de decepção foi coletivo quando as obras se iniciaram normalmente e o decreto não foi revogado. Dona Antônia Maria de Souza Oliveira, Antonieta, como ela prefere ser chamada, participante da comissão de mulheres do STTRA, relatou esse sentimento:

Assim, a gente sentiu-se um pouco assim, sem muito esse empoderamento né, porque Dilma enquanto mulher era pra ter ouvido essas mulheres né, porque a gente fez com tanto carinho, acreditando tanto, a gente enquanto do Partido né. Que eu mesma eu sou filiada (Antonia Oliveira, outubro de 2017).

Antonieta é moradora há 21 anos do assentamento Milagres, na região da Chapada. Ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores, desde 1988 e se orgulha

¹⁵ A história das cartas enviadas para Dilma ganhou caráter nacional e internacional nos fóruns e espaços de debates feministas. A temática da Marcha Mundial de Mulheres, 8 de março de 2012 foi a luta das mulheres da Chapada de Apodi. E muitas notas internacionais foram recebidas pelo STTRA.

da fotografia ao lado do ex-presidente Lula, na época em ele esteve em seu assentamento.

Antonieta conta que por muitas vezes foi pioneira em alguns espaços. Ela faz questão de destacar em sua fala: “eu fui a primeira mulher a ficar nos barracos” durante o processo de ocupação do território que viria a ser o assentamento; e sobre a sua participação política ela também lembra que: “Eu fui a primeira mulher aqui na associação do assentamento Milagre, né?”. Durante toda a nossa conversa, Antonieta ressaltou não apenas sua atuação política, bem como seu trabalho na agricultura. Em vários momentos ela deixou claro que desde a infância prefere a lida com a terra:

“Ai minha, minha infância, olha toda vida eu gostei de campo, acredita? Com 7 anos de idade eu já, eu já trabalhava como meu pai [...]” “Ai eu, vocês sabem que criança né sempre gosta de ta ajudando, ai quando é meio dia em ponto ele dizia “Você não vai!” e eu dizia “Eu vou!” Ai por tanto até hoje eu faço luta de casa, mas eu num gosto muito de luta de casa não, eu sou sincera a dizer, eu só gosto mais de luta de campo” (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

E se em 1980 o argumento para o não alistamento de mulheres nas Emergências era o trabalho pesado, cada vez mais mulheres vêm conquistando espaços na lida com a terra. O PRONAF foi uma ferramenta importante nesse processo, pois garantiu às mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas acesso ao crédito rural e representou a possibilidade de uma maior autonomia para as mulheres do campo. A participação das mulheres no PRONAF, muitas vezes é a primeira experiência destas mulheres no crédito bancário. Antonieta é categórica ao reconhecer que “de 2004 pra cá é que avançou mesmo os trabalhos das mulheres”, o trabalho e a luta das mulheres do território que continuam a resistir contra as investidas do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi estão paradas; desde o golpe de 2016, muitas obras vinculadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – como era o caso desta – foram

interrompidas¹⁶. Porém, o congelamento da obra não significou uma pausa no avanço do agronegócio na região. Muitas empresas, como a Agrícola Famosa, estão chegando constantemente e se instalando na região por causa da abundância de água dos Aquíferos Açú e Jandaíra¹⁷. E as agricultoras e os agricultores de Apodi continuam na luta.

Desde o primeiro barramento/corte do Rio Apodi-Mossoró, a construção da Barragem Santa Cruz já havia trazido grandes impactos para as comunidades da região. Como ressalta Vandana Shiva, no livro *Guerras por Água*: “Diz-se que os projetos de grande escala de desvio de água aumentam a quantidade de água disponível. Na realidade, eles transferem a água de uma comunidade para outra e de um ecossistema para outro” (2006, p. 72). E se havia alguma esperança de que a água da barragem pudesse ser acessada pelos pequenos proprietários, as águas das obras do perímetro estavam desde o início destinadas aos grandes proprietários.

O final do século XX foi um período de referência nos processos de divisão de terras e estabelecimentos de assentamentos para famílias das regiões rurais de Apodi. E no início do século XXI o que se observa é uma espécie de reforma agrária às avessas. A instalação massiva de grandes empresas do agronegócio na região, a partir de 2016, provocou o aumento nas dificuldades de acesso à água e à terra para os pequenos produtores e o desaparecimento de algumas comunidades rurais.

Referências das Entrevistas

BRILHANTE, Ivone. Ivone Brilhante. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 2 arquivos. MP3 (23 minutos).

BRILHANTE, Ivone. Ivone Brilhante. Entrevista [Março de 2021]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa

¹⁶ No site do PAC a última atualização sobre as obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi é de Junho de 2018, com o status: Em obras.

¹⁷ O aquífero Jandaíra e o aquífero Açú compõem a bacia Potiguar de águas subterrâneas. O aquífero Jandaíra ocorre numa superfície total de 17.756 km² e sua preservação é hoje uma das grandes bandeiras de luta das comunidades rurais de Apodi.

(metodologia história de vida), 2017. 2 arquivos. MP3 (15 minutos). conversa gravada via aplicativo de mensagens.

NETO, Francisco Edilson. Francisco Edilson Neto. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 3 arquivos. MP3 (27 minutos).

OLIVEIRA, Antônia Maria de Souza. Antônia Maria de Souza Oliveira. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 5 arquivos. MP3 (49 minutos).

SIZENANDO, Francisco. Francisco Sizenando. Entrevista [Março de 2021], Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 2 arquivos. MP3 (22 minutos), conversa gravada via aplicativo de mensagens.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Otamar. A seca e seus impactos. (p. 45 – 100) In: Agência Nacional das Águas (ANA). A Questão da Água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

Cohn, A.. Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais. 2012. Pensamento Brasileiro, Rio de Janeiro.

DAS GRAÇAS, Maria Adriana Vieira. Letramentos de Resistência: Mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2019.

GOIS, S. C. C.. Os projetos de morte nas narrativas de agricultores do oeste do Rio Grande do Norte. HISTÓRIA ORAL, v. 23, p. 135-153, 2020.

GOIS, S. C. C.. Na Terra, na Letra e na Voz: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no Apodi (RN), 2021. 247 p. Tese (Doutorado em História Social) Centro de Humanidades - Universidade Federal do Ceará.

NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? Trajetos - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. ECONOMIA MORAL VERSUS MORAL ECONÔMICA (OU: O QUE É ECONOMICAMENTE CORRETO PARA OS POBRES?). Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 16, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11186>. Acesso em: 30 jan. 2025.

REIS, José Roberto Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

SHIVA, Vandana. Guerras por Água: Privatização, Poluição e Lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sarah Campelo Cruz Gois

Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em história social pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em História social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, campus Apodi.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9702791146937148>
